

A escola é necessária

GAUDÊNCIO TORQUATO



De início, quero constatar: aprendi mais jornalismo com as lições do "Jornal do Brasil", nos idos de 64, orientado pelo ótimo manual de redação de Alberto Dines, ou vivendo emoções no vigoroso "Correio da Manhã", em 65, trabalhando nas sucursais de Recife, do que no embrionário curso de Jornalismo da Universidade Católica. Mas não posso aceitar o simplismo do argumento de que "jornalismo se aprende na prática".

Lembro, a propósito, uma citação de Gasset, disparada pelo velho mestre Luiz Beltrão contra os céticos e os críticos dos cursos de Jornalismo: "Só os imbecis nascem feitos". Logo, para quem não é imbecil, a escola é necessária. E não venham com essa de que a escola é a vida, a prática, a labuta. Pode-se até concordar que há certos conhecimentos técnicos facilmente captáveis e assimiláveis. Registro até o caso de um contínuo, na Folha, por volta de 67/68, de quem se dizia ter-se transformado em noticiário de um dos jornais do grupo de tanto ficar carregando (e lendo) telegramas para as redações.

É preciso considerar a escola não apenas instrumentalizadora técnica,

mas formadora do pensamento. A corrente de opinião que vocifera contra os cursos de Jornalismo parte da visão distorcida de considerar os cursos como meros passadores de parâmetros técnicos e normas de redação. E, para corroborar a análise e dar xeque-mate, desfila as mazelas que caracterizam tais cursos, como deficiências de infra-estrutura técnica, baixa qualificação de professores, distanciamento do mercado profissional, enfim, uma incompetência generalizada que transforma a aprendizagem jornalística na escola uma coisa amorfa e sem sentido.

Ora, a escola é a oportunidade para o encontro das idéias e do debate. A natureza multidisciplinar do jornalismo, a emergência de grandes questões no campo da Ciência Política, Economia, História, Psicologia Social, cultura e artes, relações internacionais, torna a procura do conhecimento matéria indispensável para a sobrevivência no campo jornalístico. Não se pode mais admitir a visão de superfície e o tom "achista" num quadro que exige do jornalista a capacidade de estabelecer inter-relações.

Se a escola não está preparada para oferecer ao jornalista as condições indispensáveis à sua formação, que se mude a escola. Mas não se

pode aceitar o argumento de que o jornalista não precisa da escola, porque ela é fraca. Por outro lado, afirmar que nos cursos de Economia, Sociologia, Administração, História, o jornalista pode adquirir melhores conhecimentos, é insistir na velha constatação de que alguns cursos, no Brasil, pela tradição, apresentam melhores resultados que outros. Além disso, não se pode admitir que um jornalista, para formação do pensamento, tenha que passar por todos esses cursos, quando o mais simples e funcional seria aglutinar conhecimentos de tais áreas num curso apropriado para o embasamento profissional.

Justificada a escola, mesmo reconhecendo-se suas imensas deficiências, respondo à questão principal do debate: o exercício da profissão deve ser privativo dos graduados em cursos de Jornalismo. A minha lógica parte do princípio de que o jornalista, moldado na escola apropriada, convivendo com o debate, instrumentalizado com a técnica adequada para escrever para amplas faixas da população, terá sempre melhores condições de se ajustar a um modelo profissional do que um bom escrevinhador médico, um sociólogo raivoso, um jurista cheio de formalidades. É evidente que não excluo a possibilidade de se contar com a colaboração

de especialistas. O jornalista, por força das características de sua profissão, deve lidar permanentemente com o desafio de decodificar a linguagem, interpretá-la e oferecer aos leitores algo digerível. Sua missão não é escrever para as elites.

Ademais, trata-se de ajustar leis de mercado. Num contexto de especializações e propício, cada vez mais, à defesa de interesses de grupos, preservar a profissão àqueles que, por opção, escolheram o jornalismo como meio de sobrevivência, é respeitar o direito individual e das categorias, em seu desejo de organização profissional. É inaceitável, até sob o ângulo da justiça social, que profissionais de outras áreas, mantendo-se com salários de suas especialidades, invadam o campo jornalístico sob a alegação de enriquecimento das informações e melhoria das qualidades da análise. Não se deve esquecer o caráter de utilidade pública do jornalismo, bem diferente do mercantilismo que marca outros produtos. O dever ético do jornalista, as regras a que precisa se submeter em seu ofício, os limites da profissão, não constituem coisa que possa ser utilizada por qualquer um. Por melhor escrevinhador que seja.

GAUDÊNCIO TORQUATO, 39, é jornalista, professor e coordenador da Coordenadoria de Atividades Culturais da USP.